

Modernização e desenvolvimento

Antônio Dal Fabro

O projeto de modernização competitiva e de reestruturação da economia brasileira que começou a ser implementado nos últimos dois anos carece ainda de uma avaliação isenta e desapaixonada. Num País de memória curta, é conveniente lembrar que o atual Governo tomou posse na esteira de uma conjuntura de agravamento do déficit público, de uma inflação mensal já na vizinhança dos três dígitos e no torvelinho de uma crise que minara a credibilidade do País junto à comunidade internacional e nos incapacitava para o crescimento.

Enquanto permanecíamos estagnados ao longo da "década perdida", os países hoje considerados competitivos punham em marcha um processo de vertiginosa incorporação de avanços e inovações técnico-científicos ao sistema produtivo, dilatando dramaticamente nosso gap tecnológico. A emergência dos novos paradigmas industriais, impulsionada por um novo ciclo de florescimento produtivo e tecnológico nos países centrais a que alguns economistas chamam de Terceira Revolução Industrial, coincidiu com a falência do modelo de crescimento fundamentado na substituição de importações e na reserva de mercado e, em suma, na excessiva e contraditória intervenção do Estado na atividade econômica. Esse modelo estafermo, ao se manter vivo na UTI gerida pela miopia do Governo e pelo cartorialismo de grupos econômicos daqui e de lá, só fez agravar e explicitar a precariedade gerencial e financeira do Estado.

Na sequência de uma experiência inglória de tentativa de combate à inflação mediante nova incursão às práticas intervencionistas, a atual equipe econômica recolocou a economia brasileira no sistema de livre

mercado, com efeitos de oxigenação de longa maturação sobre os agentes econômicos. A nova política constituiu inequivocamente um ponto de inflexão sobre a longa curva que traduz as práticas dos últimos anos, impulsionando a remoção gradativa das expectativas que alimentam a cultura inflacionária arraigada na gestão empresarial e no próprio funcionamento da economia.

Tal política, fundamental para a desregulamentação e consequente estabilização da economia, é suscetível de gerar e de consolidar um ambiente macroeconômico compatível com o avanço do programa de modernização competitiva colocado no centro do debate político.

É irrefutável que, por constituir prioridade nacional e refletirem uma genuína aspiração da sociedade, questões como reforma do Estado, abertura da economia, privatização de estatais, modernização do sistema portuário e o imperativo de um verdadeiro ajuste fiscal — itens prioritários do programa deste Governo — encontram crescente aceitação por parte do conjunto dos atores sociais e dos agentes econômicos, mesmo em alas adversárias.

Quem, por exemplo, mesmo o mais anacrônico dos industriais, questiona hoje a inevitabilidade de aumentar a exposição de nossa produção à concorrência externa, como recurso prioritário à modernização competitiva e à inserção do País na economia mundial? É admissível que se proceda a algumas correções de rota nessa política, o que é normal e de bom-senso nas democracias. E hoje, a abertura institucional é um fato que embala a redefinição das estratégias empresariais e sua compatibilização com a urgência de se elevar a qualidade e a produtividade de serviços e produtos, de se produzir mais e melhor e a custos menores, tanto com vistas ao mer-

cado interno quanto ao externo.

A desmontagem das antigas amarras que inviabilizavam o crescimento brasileiro ganhou forte impulso com a implementação do Programa Nacional de Desestatização. A cultura do arcaico e do obsoleto vai sendo, consequentemente, substituída pela lógica inofismável da redução, e do enxugamento do Estado, como condição indispensável para o abrandamento da dívida do setor público e a recuperação de sua capacidade de investimento, principalmente na melhoria da infra-estrutura social e capacitação da mão-de-obra. Mais de uma dezena de empresas estatais passou até o momento à livre iniciativa e, com a privatização da Companhia Siderúrgica de Tubarão, o Estado cortou em cerca de 50 por cento sua participação empresarial no setor siderúrgico.

É lícito considerar, portanto, que, a despeito dos obstáculos colocados pelo preconceito e das divergências políticas, a modernização competitiva do Brasil está em marcha, constituindo-se num processo inadiável para o ajuste da economia aos novos paradigmas produtivos emergentes com a Terceira Revolução Industrial. O avanço das reformas modernizantes programadas é um caminho não isento de tropeços e dificuldades. Contudo, é essencial para a composição das variáveis capazes de engendrar as condições para a superação de nossa defasagem tecnológica, para a inserção competitiva do País na economia mundial, enfim, para a pavimentação do terreno que dá perspectivas à retomada do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.

■ Antônio Dal Fabro, professor-adjunto da Fundação Getúlio Vargas-SP, é presidente da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)